



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.^{mo} Senhor
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. n.º 549
Ent. 828

SUA COMUNICAÇÃO DE
09.02.2018

NOSSA REFERÊNCIA
P.º 2419/2015

N.º 595

DATA
- 8 MAR. 2018

ASSUNTO: Resposta à pergunta n.º 1082/XIII/3.^a de 9 de fevereiro de 2018, do Grupo Parlamentar do BE - Bloco de Esquerda (Deputado Manuel Pureza) - Incumprimento do Governo de disposições aprovadas no Orçamento de Estado de 2018.

Em referência ao V. ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.^a a resposta à Pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes

HA/MJP



NOTA

Assunto: Resposta à pergunta n.º 1082/XIII/3.ª de 9 de fevereiro de 2018, do Grupo Parlamentar do BE - Bloco de Esquerda (Deputado Manuel Pureza) - Incumprimento do Governo de disposições aprovadas no Orçamento de Estado de 2018.

Em resposta à pergunta identificada em epígrafe endereçada pelo grupo Parlamentar do BE a Sua Excelência a Ministra da Justiça, cumpre informar o seguinte:

O processo de revisão das carreiras dos conservadores, notários e oficiais de justiça, está, na presente data, em pleno curso.

Relativamente ao compromisso do Governo, informa-se que, efetivamente, em 2016 se iniciou o processo de revisão das carreiras e que, em linha com o determinado no Orçamento de Estado para 2017, previa-se a conclusão do mesmo processo até ao final do ano transato.

A revisão de carreiras e de estatuto remuneratório tem fortes impactos na vida dos trabalhadores, pelo que, reconhecendo-se a necessidade de se proceder à modernização e adequação dessas matérias no setor dos registos e notariado, deve permitir-se que a discussão neste âmbito ocorra em tempo suficiente e adequado e com a devida ponderação de todas as partes envolvidas.

O Ministério encontra-se, atualmente, a avaliar, em articulação com o Ministério das Finanças, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 349.º da LTFP, o vasto conjunto de propostas que resultam do novo estatuto. Estas propostas e contrapropostas resultam das inúmeras reuniões com os sindicatos, sendo a última proposta recebida a 18 de Janeiro de 2018.



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO
DA JUSTIÇA

Como certamente compreenderão, o processo de revisão das carreiras dos conservadores, notários e oficiais de registo é complexo e está em curso. Pretende-se recuperar 28 anos de estatuto, atualizando-o, à luz das regras da Administração Pública, respeitando a respetiva especialidade da função e garantindo os desafios futuros da carreira.

O Governo e em particular, neste caso, o Ministério da Justiça, está fortemente empenhado na valorização profissional dos trabalhadores do setor dos registos e notariado, em cooperação com os respetivos funcionários e parceiros sociais, e o facto do processo de revisão estar já em fase muito avançada de desenvolvimento é um sinal bastante significativo e positivo que deve merecer realce e apoio.

Gabinete da Secretária de Estado da Justiça, 8 de março de 2018